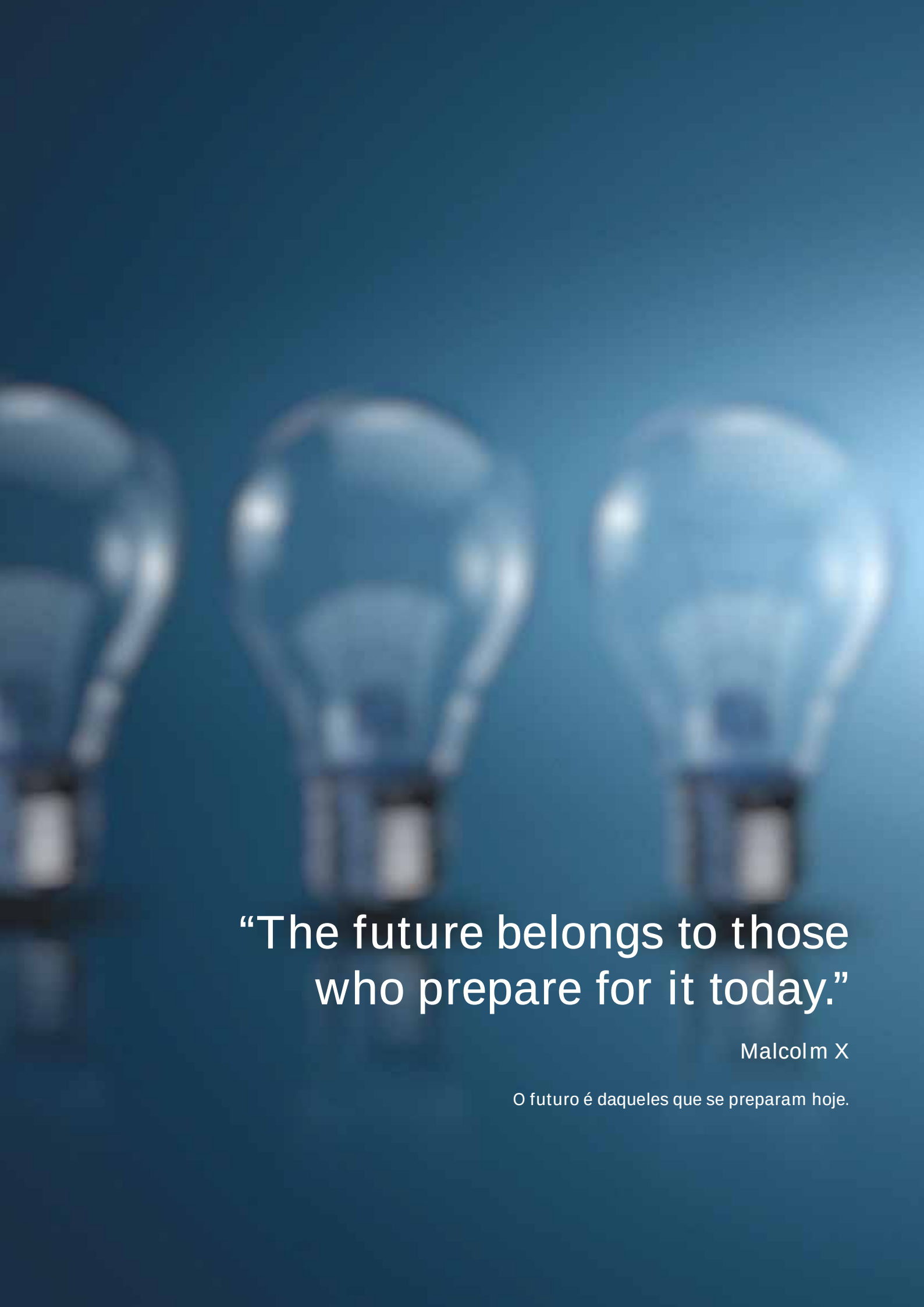
grace

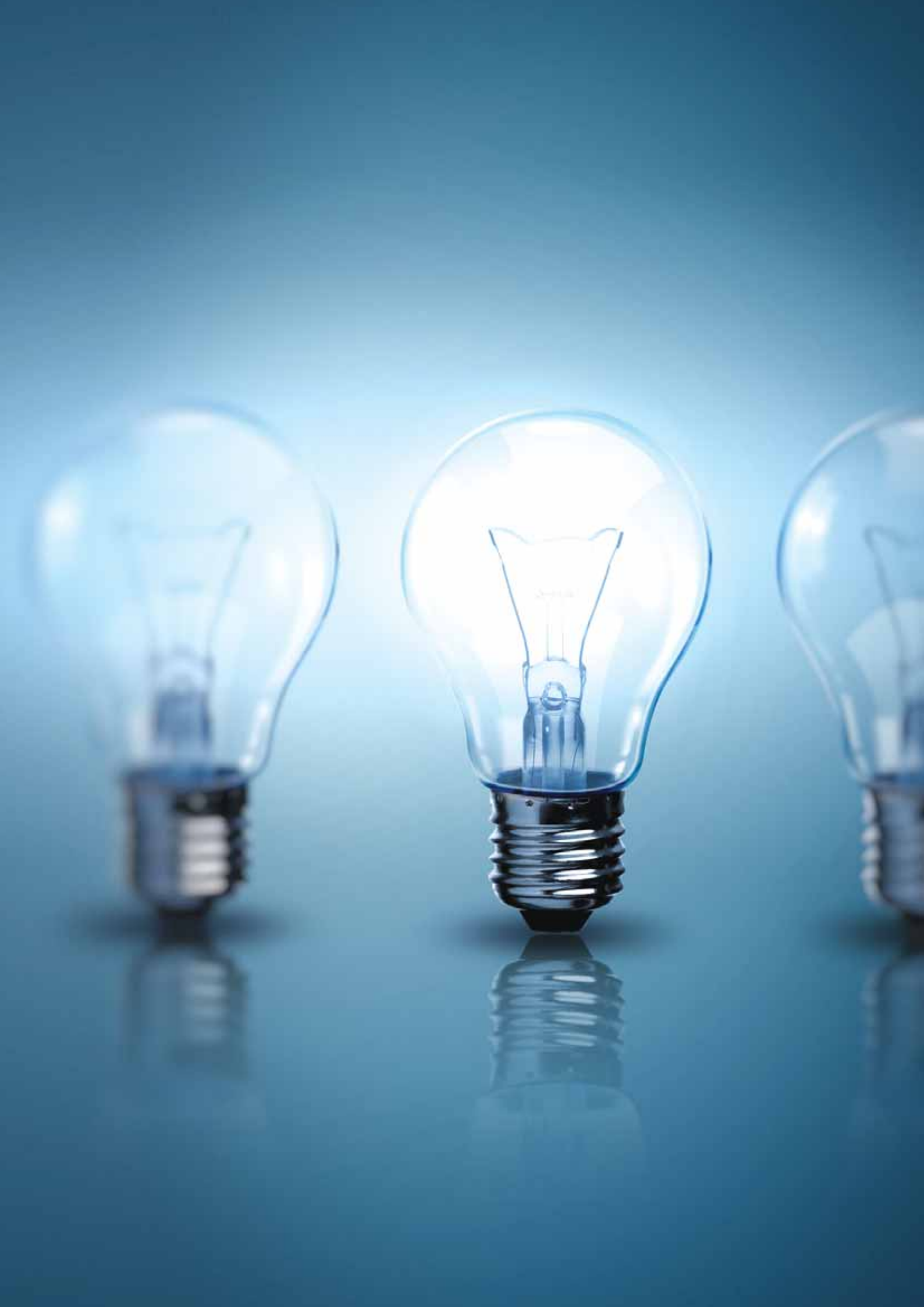
TESTEMUNHOS DO FUTURO 2017



“The future belongs to those who prepare for it today.”

Malcolm X

O futuro é daqueles que se preparam hoje.



ÍNDICE

05 PREFÁCIO
Por Paula Guimarães

06 INTRODUÇÃO
Por Stefan Crets - CSR

08 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOUTRINAS, DINÂMICAS E PROBLEMAS
Por Viriato Soromenho-Marques

12 (DES)ENVOLVENDO COMUNIDADES PARA UMA GOVERNANÇA (LOCAL) PARTILHADA
Por Rogério Roque Amaro

16 QUANDO É URGENTE NÃO CONFUNDIR E "NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS"
Por Catarina Furtado

20 COMO SERÁ O FUTURO DEPOIS DE NÓS?
Por Carla Castelo

24 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Por Francisco Ferreira

28 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Por Helena Freitas

32 PARTILHAR É SOMAR
Por Mafalda Anjos

36 UMA VIAGEM AO GANA...
Por Alexandra Borges

38 AS EMPRESAS COMO PARTE DA SOLUÇÃO
Por Comendador Rui Nabeiro

40 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFÁCIO

Os temas da sustentabilidade e da responsabilidade social têm vindo a sofrer uma rápida evolução nas últimas décadas, impulsionada pelas profundas mudanças sociais, políticas, ambientais e económicas.

> ,,
> O mundo em que vivemos impõe desafios às empresas que exigem uma enorme capacidade de antecipação e adaptação e determinam uma nova forma de estar.
> “

A procura do lucro fácil, a utilização sem limites dos recursos naturais e a exploração do trabalho ainda subsistem, mas estamos convictos de que serão práticas condenadas ao desaparecimento perante o juízo crítico de uma comunidade cada vez mais atenta, ciente dos seus direitos e intolerante à corrupção, às assimetrias salariais e ao desrespeito pelo bem-estar coletivo.

Sendo sempre difícil antecipar a realidade e desenhar ficções sobre o futuro, o GRACE teve sempre a preocupação de refletir sobre o vindouro, de modo a apoiar as empresas associadas no seu processo de planeamento.

Procuramos perceber as tendências de evolução e interpretar as preocupações daqueles que atuam no terreno e dos que pensam sobre a realidade, deixando uma semente inspiradora para os empresários socialmente responsáveis.

A presente publicação pretende ser um primeiro passo para uma coleção de testemunhos e avisos de personalidades diferentes, ligadas, ou não, ao mundo da responsabilidade social, mas cujo mérito da sua atividade, em diversas áreas, justificou ouvir a sua opinião, nuns casos experiências pessoais, noutros legados de pensamento.

Cada um dos 9 contributos vale pela autenticidade com que reflete o mundo.

Muitas outras pessoas de referência serão desafiadas a escrever para os “Testemunhos do Futuro”, mais uma iniciativa GRACE que pretende trazer até nós autores, pensadores, jornalistas, professores e empresários com provas dadas e um percurso que legitima a sua voz.

O GRACE e as empresas que o constituem continuam abertos ao mundo, ávidos de aprender, porque a realidade não nos permite descansar e espera de nós a humildade de continuar a procurar caminhos.

A todos agradecemos a sua generosidade e clarividência que nos ajudarão a evoluir.

PAULA GUIMARÃES
PRESIDENTE DO GRACE

INTRODUÇÃO

Comecei o ano a escrever sobre o facto de que gerir um negócio com consciência não tem preço. Essa verdade mantém-se hoje, na medida em que as empresas que são transparentes na gestão do seu negócio e na consequente obtenção de resultados têm os maiores benefícios. Este é o fator-chave para uma abordagem ao negócio forte, produtiva e sustentável. Porém, já não pode ser o *business as usual*, especialmente no mundo da RSC e da sustentabilidade.

A Europa sofreu mudanças profundas nas últimas décadas. Enquanto o Continente esteve no centro das primeiras vagas de industrialização e comércio global – do qual a população beneficiou com o estabelecimento gradual de um Estado Social –, a viragem do século trouxe a experiência clara e a perceção dos limites e externalidades do modelo: alterações climáticas, aumento de desigualdades, insegurança geopolítica, depleção de recursos e populismo são sinais que devemos levar a sério e enfrentar.

Em 2017, a Comissão Europeia refletiu sobre este tema num dos seus *papers* sobre o futuro da Europa. No *paper "Harnessing Globalisation",* Frans Timmermans, Primeiro Vice-Presidente da Comissão, afirmou "a globalização é boa para a Economia Europeia em geral, mas isto pouco importa aos nossos cidadãos se os benefícios não forem partilhados de forma justa e mais uniforme.

A Europa deve ajudar a rescrever o Manual global para que o comércio livre se torne comércio justo. Para que a globalização se torne sustentável e funcione para todos os Europeus. Ao mesmo tempo, devemos focar a nossa política em dar às pessoas educação e competências necessárias para conseguirem acompanhar a evolução das nossas economias. Uma melhor redistribuição ajudará a garantir a coesão social e a solidariedade em que esta União se baseia".

Que esta agenda é urgente para a Europa está claro, mas é essencialmente uma agenda global, daí os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pelas Nações Unidas, terem sido recebidos como um apelo a uma globalização positiva. A resposta às externalidades do Sistema atual já não é mais protecionismo, mas sim uma globalização inclusiva e uma economia que gere a direção estabelecida pelos ODS da ONU.

> ''
> As empresas não têm de salvar o mundo, mas são necessários avanços nas novas formas de criação de valor.
> "

A era da globalização não só produziu uma diminuição sem precedentes do nível de pobreza e aumento dos níveis de saúde e educação, como também é vista cada vez mais, especialmente nas democracias ocidentais, como uma ameaça à estabilidade do emprego, à identidade e à segurança. À medida que esta legitimidade vai decaindo, as empresas têm um papel fundamental a desempenhar. É obviamente do interesse das empresas que existam democracias estáveis e que a norma seja a livre circulação. Contudo, para salvaguardar os benefícios da globalização, serão as empresas a enfrentar as consequências negativas. A nível local, deveriam ter orgulho, e não vergonha, da forma como podem contribuir para a sociedade.

Não se trata apenas dos impostos que pagam, mas do emprego, produtos e serviços que providenciam de forma sustentável. As empresas não têm de salvar o mundo, mas são necessários avanços nas novas formas de criação de valor. A agenda e o desafio já não são mais sobre compliance ou sobre reporting (que é apenas um meio para atingir um fim, como andamos a dizer há anos). Muito menos se trata de "assinalar opções"

ou auditar resultados elevados na cadeia de valor, ou ter departamentos de RSC a gerir programas bonitos e com eventual impacto. Vai inclusivamente além da agenda de valor partilhado. O tema é uma transformação assente na premissa da sustentabilidade enquanto motor do sucesso para qualquer empresa a médio/longo prazo.

A liderança empresarial terá de abraçar a circularidade, a integração, a colaboração e aportar valor financeiro e não-financeiro. Estas são as principais características para a verdadeira liderança sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) dão-nos uma linguagem clara para os desafios que enfrentamos.

Esta publicação pertinente do GRACE, parceiro nacional português do CSR Europe, reúne importantes perspetivas sobre o futuro da RSC na Europa. É com agrado que acolho estes contributos que espero que sirvam de inspiração para ações práticas positivas sob a forma de parcerias com múltiplos *stakeholders* que deem resposta aos desafios que enfrentamos pelo caminho.

STEFAN CRETS
DIRETOR EXECUTIVO CSR EUROPE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOUTRINAS, DINÂMICAS E PROBLEMAS

Por
Viriato
Soromenho-Marques

Desde 2008 que o sistema internacional entrou numa fase complexa de mudanças inquietantes. Ao contrário das muito urgentes e necessárias reformas que seriam indispensáveis para viabilizar e legitimar o amplo processo de globalização em curso (desde a regulação do sistema financeiro internacional ao completar da união monetária do euro, sem esquecer os regimes internacionais na área do ambiente e clima), o advento de lideranças políticas, demagógicas e incompetentes, sob a bandeira ambígua do "populismo", constitui um perigo real para os valores democráticos em todo o mundo, colocando riscos à paz internacional, e ameaçando as gerações futuras com a recusa, como é o caso do Presidente Trump nos EUA, dos mais elementares alertas da comunidade científica internacional para o agravar da crise global do ambiente e, em especial, para o incremento dos impactos negativos das alterações climáticas. Perante estes sinais adversos, os cidadãos, as empresas e a sociedade civil em geral devem oferecer uma resistência firme contra medidas que constituem atos de lamentável recuo civilizacional. E isso está a ocorrer, em áreas como a energia ou os transportes, onde as renováveis e a mobilidade elétrica avançam, mesmo contra legislação adversa. Mais do que nunca, importa perceber que a questão do desenvolvimento sustentável deve ser encarada como o novo e indispensável consenso para uma economia social de mercado capaz de ser um instrumento, e não um obstáculo, na luta da humanidade contra todos os enormes perigos que ameaçam a sua própria sobrevivência.

Foi em 1987, logo na página 8 do Relatório Brundtland, que o conceito de desenvolvimento sustentável (doravante, DS) entrou no "main-stream" dos discursos que procuram cruzar economia e ambiente (WCED, 2009 [1987]). A autoridade e prestígio das Nações Unidas foram decisivos para uma progressiva difusão do conceito, primeiro nos universos das políticas públicas, e depois junto do tecido produtivo e nas próprias rotinas da gestão empresarial. É claro que a procura pela articulação entre economia e ecologia (o nexo central da sustentabilidade, ao qual se devem associar a dimensão social e as vertentes institucional e cultural) não começou em 1987. Pelo contrário, desde John Stuart Mill (1848), a E. F. Schumacher (1973), passando por K. Boulding (1966), são muito numerosos os pensadores de formação económica que tentaram perceber como sendo essencial -- o impacte ambiental da atividade económica -- aquilo que a economia convencional remetia para o domínio de uma esfera de negligenciável externalidade.

> ,,
> O desenvolvimento sustentável não é uma coisa, mas sim um processo dinâmico de transformação.
> ‘‘

1. Correntes e doutrinas. A fixação do conceito de DS tem sido um processo complexo, criativo, marcado por amplas polémicas, manifestando uma evidente marca de pluralidade. Contudo, a corrente mais importante está ligada ao que me proponho designar como a escola que defende a viabilidade de uma transição para uma economia mais sustentável sem ruturas, mantendo e aprofundando, com reformas no sentido de maior sustentabilidade e maior transparência, a arquitetura da globalização. Nos anos 90, essa corrente caracterizava-

se pelas apostas na alteração das políticas produtivas e industriais (Wallace, 1995; Aires, 1998), uma preocupação que é hoje liderada pela OCDE na sua linha de "Green growth" (crescimento verde). Outro aspeto relevante, era constituído pela aposta no "decoupling", e no "capitalismo natural", o que conduzia à procura de uma radical diminuição do consumo de energia e de matérias na produção de cada unidade de PIB (Weizäcker, 1994; McDonough, 2002; Hawken, 2004). Mas a mais poderosa e influente corrente, nesta primeira escola, foi sem dúvida a que se destacou no vínculo entre reforma das políticas e tecnologias energéticas, aproveitando a crescente relevância da temática das alterações climáticas a partir de meados da primeira década deste século.

Os conhecidos alertas de Stern e Gore, em 2006, foram decisivos para que as políticas públicas se tivessem voltado, com ímpeto renovado, para a urgência de dar combate à ameaça climática. Entre 2007 e 2009 a União Europeia liderou os esforços internacionais para que, em Dezembro de 2009, no decurso da COP 15 de Copenhaga, tivesse sido possível encontrar um regime internacional, no âmbito da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla inglesa). Foram traçadas verdadeiras estratégias globais (Stern, 2009; Gore, 2009). Mesmo depois do amargo falhanço de Copenhaga, a crença numa viragem estrutural da economia, neste caso ao nível da União Europeia, alimentada pelo combate às alterações climáticas, continuou a reunir inteligências e a mobilizar esforços (ECF, 2010). Sabemos, contudo, que outras correntes têm surgido a partir do tronco comum do DS, como as propostas de "decrescimento" (Serge Latouche, 2007), de "prosperidade sem crescimento" (Tim Jackson, 2009), ou ainda propostas teórico-práticas, como a do Movimento da Transição liderado por Rob Hopkins (2008).

2. Por uma visão dinâmica do desenvolvimento sustentável, com raízes na tradição ocidental.
Mas o que é o desenvolvimento sustentável? Embora não tenhamos ainda uma teoria consensual completamente consistente sobre o tema, registam-se, contudo, algumas convergências. Uma delas, porventura a mais decisiva, consiste em assinalar a existência de um triângulo da sustentabilidade, cujos vértices são os "pilares" social, ambiental e económico. Por esse mundo fora a discussão sobre estratégias de sustentabilidade tem sido conduzida sob o paradigma do que poderíamos designar como o triângulo equilátero: isto é a tese, segundo a qual cada um desses vértices, ou pilares, deve ter um peso e uma relevância idênticas. É o pretendido modelo do «equal footing».

Essa visão, na perspetiva do autor deste texto, consiste num erro colossal. Na verdade, a sustentabilidade não obedece ao modelo de Tordesilhas, nem consiste numa negociação sindical sobre salários, ou numa reunião de acionistas para discutir a repartição de lucros e as despesas de investimento. Cada um desses pilares ou vértices tem uma natureza específica, são qualitativamente diferentes, não podendo ser amalgamados numa igualdade numérica, que colidiria com a sua essência particular.
Se confrontarmos a análise do novo conceito de sustentabilidade, que aqui se propõe, com uma das mais clássicas conceções da filosofia ocidental poderemos chegar a resultados surpreendentes. Tal é o caso do contributo que para o tema vertente pode ser retirado da teoria aristotélica da causalidade, que se encontra dispersa por várias obras do Estagirita, nomeadamente, a Metafísica e a Física. O que é que nos poderia dizer Aristóteles sobre o desenvolvimento sustentável ?

Certamente, que o grande pensador nos recordaria que o desenvolvimento sustentável não é uma coisa, mas sim um processo dinâmico de transformação, ao qual se poderia aplicar, perfeitamente, a sua teoria das quatro causas. Elas são as seguintes:

• Causa eficiente: indica o princípio da mudança.

• Causa material: identifica aquilo de onde algo surge, ou mediante o que algo chega a ser.

• Causa formal: a ideia ou o modelo que inspira a transformação, aquilo que já é, idealmente, antes de se plasmar na realidade concreta.

Tabela nº 1

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO
Dimensão Político-Institucional como Causa Eficiente: princípio da mudança, factor decisivo para a transformação da realidade. Traduz o consenso e a vontade política e operacional de mudança.
Dimensão Económica como Causa Material: aquilo do qual algo surge, ou mediante o qual algo chega a ser. Traduz a mudança na reprodução quotidiana das condições de vida numa perspetiva da sua continuação e qualificação.
Dimensão Ambiental como Causa Formal: é a ideia ou o paradigma que dá forma (e condiciona) a transformação. Traduz o quadro de conhecimento complexo que deve modelar a mudança (incluindo os limites e possibilidades abertos pela aplicação da nossa representação das leis naturais).
Dimensão Social como Causa Final: o objetivo visado, o modelo de sociedade pretendida. Traduz o projeto de futuro onde as relações humanas (e dos humanos com as outras criaturas e ecossistemas) ocupam um lugar central.

• Causa final: o fim, o telos, a realidade concreta e discreta para a qual o processo de transformação tende.

Se aplicarmos este quadro conceptual ao desenvolvimento sustentável deparamos com um resultado surpreendente (ver Tabela n.º 1).

Desde logo surpreendemos a necessidade de um quarto pilar, ou melhor de um quarto vértice: o político-institucional. Na verdade, como é que poderíamos acreditar que o desenvolvimento sustentável fosse um efetivo processo de transformação, se não existisse uma causa responsável pelo seu desencadear, um agente ativo que o promovesse?

Por outro lado, verificamos que a dignidade intrínseca de cada um dos quatro vértices (teríamos um quadrado do desenvolvimento sustentável, em vez de um triângulo) não se pode configurar no quadro do modelo *equal footing*, mas sim no âmbito de um modelo de cooperação e interação sinergética.

Há muita coisa em jogo na estratégia de desenvolvimento sustentável. A possibilidade de recolocar as questões da justiça, da equidade, do progresso social, no quadro da crise ambiental e social, que constitui o fator crucial de condicionamento das sociedades contemporâneas. Também pelo desenvolvimento sustentável passa a formulação das novas políticas públicas que permitam o aumento da coesão social e da solidariedade regional no plano nacional. Se existe algum futuro para a União Europeia, que não a lenta degradação e estiolamento na usura do egoísmo nacional que já levou à saída da Grã-Bretanha de um projeto que até agora só tinha conhecido alargamentos sucessivos, isso passará pelo retomar do horizonte estratégico do desenvolvimento sustentável como fio condutor e eixo aglutinador das políticas públicas nacionais e europeias.

3. O desenvolvimento sustentável exige reformas estruturais no projeto europeu. Pensar corretamente implica não deixar de ter os pés na terra, mesmo quando se procura um efeito

de distanciamento crítico, o objetivo deverá ser sempre o mesmo: conhecer melhor o chão que pisamos, e as suas tendências de evolução.

Portugal encontra-se na Zona Euro. Passados oito anos depois do colapso do Lehman's Brothers, os 19 países que atualmente partilham o euro continuam com um PIB conjunto inferior ao que exibiam em 2008. É claro que a perspetiva mais adequada não pode olhar apenas dados brutos. Deve ser fina e qualitativa. Num mundo ideal, o DS até poderia (e deveria) ser compatível com o decrescimento de alguns fatores que são dominantes na composição do PIB. Por outras palavras, o DS saudaria com entusiasmo a redução no PIB das parcelas associadas às emissões de gases com efeito de estufa, ao consumo de matérias-primas não renováveis, à produção de resíduos, aos custos dos cuidados na esfera da saúde ambiental, à perda de biodiversidade. O DS substituiria essas perdas, com o valor de mais serviços ambientais, com a recuperação de paisagens e habitats, com os investimentos na autonomia alimentar e na resiliência climática.

O problema é que em Portugal, e nos países da Zona Euro, sobretudo nos 9 países que concentram mais de 50% do desemprego (Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, Chipre, Malta, Portugal, Eslovénia e Eslováquia), tem havido delapidação ambiental (lembremo-nos do surto de extrativismo mineiro propalado no nosso país em 2012 e 2013), sem crescimento. Pelo contrário, estamos numa situação deflacionária que ameaça prolongar-se até uma eventual implosão do projeto europeu .

A minha tese é clara. O DS em Portugal, e no conjunto dos países da UE, será impossível enquanto não corrigirmos os erros estruturais da Zona Euro. Recordando o que disse acima: o DS exige uma dimensão político-institucional como causa eficiente. Ora, hoje, em Portugal e na Zona Euro, são os tratados intergovernamentais que regulam a união monetária do euro, como é o caso do Tratado Orçamental e do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que condicionam todas as políticas orçamentais e económicas dos Estados. São ele que têm obrigado a uma austeridade que causa sofrimento social e danos no ambiente (as emissões de gases de efeito de estufa têm aumentado na Alemanha e na Polónia, por exemplo). Enquanto não reencaminharmos o projeto europeu no sentido de uma verdadeira união federal, completando uma união monetária que fomenta a desigualdade e a hostilidade mútua entre os povos, a sustentabilidade do desenvolvimento sustentável permanecerá sempre em risco.

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

2 Professor Catedrático de Filosofia da Universidade de Lisboa, membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.
3 Aristóteles, Metafísica, I, 3, 983 ª

(DES)ENVOLVENDO COMUNIDADES PARA UMA GOVERNANÇA (LOCAL) PARTILHADA

Por
Rogério Roque Amaro

AMEAÇAS E DESAFIOS
- O SÉCULO DAS NUVENS NEGRAS?

Qualquer cidadão ou cidadã minimamente atento/a e informado/a não pode deixar de estar (muito) preocupado/a com os problemas e ameaças muito inquietantes, que põem em causa o futuro da Vida no nosso Planeta e com os enormes desafios que se colocam à Dignidade e à Sustentabilidade da Humanidade e da Casa Comum.

Embora todas as atenções estejam concentradas na crise económica e financeira, que se vem manifestando, de forma muito intensa e até brutal, nalgumas das suas incidências, desde 2008, e parece agora aliviar-se, na verdade a crise é muito mais profunda e duradoura do que normalmente se pensa. De facto, atinge os fundamentos da civilização, em que assentámos os nosso sonhos e projetos nos últimos cerca de 250 anos, ou seja, desde a Revolução Industrial (em que "descobrimos" o crescimento económico e o mito da abundância) e a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa (em que "descobrimos" a liberdade, a base racional e a arrogância do antropocentrismo e o sentido da Democracia) e está muito longe de estar resolvida, parecendo exigir, na verdade, um outro quadro civilizacional de referência.

Em vez de 2008, é mais fundamentado situar os inícios de uma crise de facto civilizacional e multidimensional nos finais dos anos 60 do século XX, sendo o ano de 1968, uma referência fundamental na contestação e no abalo de um modelo de desenvolvimento dicotómico (desenvolvimento - subdesenvolvimento; capitalismo - socialismo; Estado - mercado...) e de valores (economicismo, produtivismo, consumismo, racionalismo, antropocentrismo, urbanicismo, quantitativismo, tecnologismo, uniformismo...), que tinham nascido e estavam associados à Modernidade de base europeia (nascida naquele tempo histórico mencionado) e de que os últimos cerca de trinta anos tinham sido uma exaltação particularmente enfatizada ("Os Trinta Gloriosos", "The Golden Age").

> ,,
> Têm sido evidentes os problemas e ameaças, que põem em causa um futuro...
> ''

Nesse ano (1968) ocorreram quatro acontecimentos marcantes e simbólicos, no que se refere à contestação à ordem vigente e aos modelos de sociedade e de desenvolvimento então dominantes. Por ordem cronológica: o assassinato do pastor Martin Luther King Junior (4 de abril), protagonista fundamental da denúncia das discriminações raciais e da luta pelos Direitos Humanos e Cívicos nos E.U.A.; a contestação, inicialmente estudantil e juvenil, depois alargada, do "Maio de 68", em França; o movimento de contestação ao regime comunista burocrático e centralizado, na então Checoslováquia, e a tentativa de iniciar (a partir de 5 de janeiro, mas tornada explícita em 5 de abril) uma experiência socialista reformista mais aberta, conhecida por "Primavera de Praga", rápida e violentamente contrariada e abafada pelos tanques e exércitos do Pacto de Varsóvia (em 21 de agosto); e o momento mais mediático da contestação negra do movimento "Black Power", contra a discriminação racial e o não cumprimento dos Direitos Cívicos nos E.U.A., quando dois atletas negros norte-americanos medalhados levantaram o punho, com uma luva

negra, símbolo daquele movimento, no pódio, no momento de se ouvir o hino do seu país, nos Jogos Olímpicos do México (em 16 de outubro).

Nos últimos anos, têm sido evidentes os problemas e ameaças, que põem em causa um futuro com Dignidade e Sustentabilidade para a Humanidade e para a Vida na Casa Comum:

A. A nível económico, as sucessivas e graves crises têm demonstrado que os sistemas económicos até agora dominantes são frequentemente corruptos, ineficientes e predatórios da Vida e da Dignidade e insustentáveis;

B. A nível social, o aumento e o surgimento de novas formas de pobreza e exclusão social (e, cada vez mais, psicossocial), o agravamento das desigualdades (de oportunidades e de resultados), a precarização crescente do trabalho e o aumento do desemprego e, sobretudo, das situações de "desemprego recorrente", são intoleráveis, indignas e injustas;

C. A nível ambiental, as consequências destrutivas das alterações climáticas e da perda de biodiversidade, as diferentes e nefastas formas de poluição, as limitações físicas dos recursos naturais, o desafio enorme do acesso à água potável, a fragilização de tantos pilares fundamentais da Vida, entre muitas outras preocupações ambientais, ilustram, de forma inequívoca, um dos pontos mais em risco da nossa Sustentabilidade;

D. No plano cultural, os níveis chocantes de arrogância e de intolerância cultural e religiosa, e os fundamentalismos daí decorrentes, quer em termos de ação/afirmação, quer de reação/negação, atingiram um ponto tal, que estão a inviabilizar a vida em sociedade, a confiança mútua e a desperdiçar a imensa riqueza potencial dos diálogos interculturais;

E. A nível territorial, a desvitalização e o abandono das zonas rurais, a fragmentação, a "ghetização" e a sobrecarga dos espaços e das vivências urbanas e suburbanas e os riscos reais de desaparecimento de vastas zonas costeiras, ribeirinhas e insulares, devido aos previsíveis efeitos das alterações climáticas, demonstram a incapacidade destes modelos de desenvolvimento e de sociedade de conjugar Território(s) com Dignidade, com Sustentabilidade e com Vida;

F. No campo do conhecimento, a grande contradição entre uma sociedade de (muita) informação e a sua opacidade e pouca tradução em conhecimento crítico e fundamentado tende a converter-nos em analfabetos/as funcionais, facilmente manipuláveis e desinformados/as, mesmo que formalmente altamente escolarizados/as;

G. A nível político, a corrupção e a consequente descrença nos governantes e na democracia, a sua "captura" pelo poder económico-financeiro, o surgimento de propostas e soluções políticas, extremas ou atípicas, que a descaracterizam ou mesmo ridicularizam, a perda de soberania dos Estados-Nação e a crise do Estado Social são tudo fatores que se têm traduzido numa crise política e da Democracia extremamente perigosa e preocupante;

H. A nível ético, a perda de referência e de sentido de valores como a Solidariedade, a Equidade, a Transparência, ou mesmo a Democracia e a Sustentabilidade, e o predomínio do individualismo tornaram-nos numa sociedade à deriva.

OS DESAFIOS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É neste contexto que se deve situar a importância e a urgência da proclamação, pelas Nações Unidas, dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e o consequente compromisso da maioria dos países no seu cumprimento, tendo o ano de 2030 como meta. Há, no entanto, para além desse aparente consenso, quatro pontos fundamentais a sublinhar:

1. O conceito de Desenvolvimento Sustentável não pode ser um mero conceito-alibi, cosmético, para branqueamento ou limpeza de (más) consciências ou para operações oportunistas de *marketing*, pelo que deve ser reformulado, nomeadamente para ter em conta aquelas oito dimensões. Nesse sentido, em vez de ser meramente definido como "a conjugação do crescimento económico, da coesão social e da preservação ambiental" (implicando o célebre "triple bottom line" das empresas: "profit, people and planet"), deveria conjugar Segurança Económica, Coesão Social, Segurança Ambiental, Diversidade Cultural, Coesão Territorial, Conhecimento Crítico, Governança Partilhada e Assunção de Valores para a Sustentabilidade .

2. É um dos conceitos decisivos para o século XXI, mas é necessário levá-lo a sério e não pervertê-lo ou diminuir o seu alcance e exigência.

3. É importante e uma referência para todos os países, e não apenas para os países do Sul, os ditos "subdesenvolvidos".

4. Nesse sentido, os ODS devem ser entendidos de uma forma mais ampla, incluindo objetivos e metas que cubram aquelas oito dimensões, adaptados a cada país e sociedade concreta.

A IMPRESCINDIBILIDADE DE UMA GOVERNANÇA PARTILHADA

A resposta a todos estes desafios e ao cumprimento do Desenvolvimento Sustentável não pode, obviamente, ser deixada ao livre jogo do Mercado, nem ao monopólio da ação do Estado, para mais fragilizado ideológica e financeiramente. Só pode, perante a sua vastidão e complexidade, assentar numa mobilização e corresponsabilização de todos os atores e cidadãos e cidadãs.

É a esse novo modelo de regulação e de enfrentamento dos problemas e desafios da Humanidade e da Casa Comum que se chama Governança Partilhada ou Parceria-Providência, envolvendo o Estado (aos diferentes níveis, Central e Local), as empresas, as organizações da Sociedade Civil e os movimentos sociais e

todos/as os/as Cidadãos/ãs, em geral.

O (DES)ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Essa nova forma de Governança tem necessariamente de ser, além de Partilhada, Participada, Integrada e Multi-territorial.

Uma das suas experimentações e aplicações mais imediatas é a que pode ocorrer a nível Local, pela sua proximidade de mobilização, concretização, avaliação e controle democrático.

Nesse processo, o envolvimento da comunidade é absolutamente vital e decisivo, porquanto:

- Mobiliza as suas percepções da realidade e, particularmente, dos seus problemas e necessidades, permitindo um diagnóstico mais realista (e participativo), porque dá voz aos/às interessados/as;

- Dessa forma, valoriza os saberes e o conhecimento popular e indutivo (dos atores) e coloca-o em diálogo com os dos/as técnicos/as (e dos autores), tornando-os mais ricos e multifacetados;

- Convoca as suas capacidades e recursos (endógenos), nalguns casos desocultando-os, na (melhor) resposta aos seus problemas e necessidades;

- Aumenta, por isso, as probabilidades de eficiência e eficácia dos projetos de Desenvolvimento (Local ou Comunitário), ou seja, de bem-estar e de Dignidade, dessas comunidades;

- Responsabiliza-a pelo seu destino e pela procura de caminhos de futuro, contribuindo para a sua autonomização e “empowerment”;

- Reforça, por isso, a sua Cidadania e integração plena e ativa na sociedade;

- Através da sua participação efetiva e deliberativa, injeta-lhe democraticidade mais permanente e direta (porque participativa);

Em consequência, a Governança Partilhada implica a adoção de uma perspetiva e metodologia de Desenvolvimento Comunitário ou Local, entendendo-se por tal: um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, que procura responder às suas necessidades fundamentais não satisfeitas, mobilizando prioritariamente as suas próprias capacidades e recursos endógenos, o que implica a adoção de metodologias e de uma pedagogia de participação e “empowerment” (no sentido de autonomização), com o apoio de recursos exógenos, privilegiando uma visão integrada dos problemas e das soluções, o que exige trabalhar em parceria, com impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de pontos de partida, processos, ritmos e resultados.

O envolvimento da comunidade torna portanto mais viável o seu des-envolvimento, ou seja, a libertação das barreiras e obstáculos, que impedem ou dificultam o seu bem-estar e a sua Felicidade e a promoção, florescimento e afirmação dos seus talentos e capacidades.

ROGÉRIO ROQUE AMARO
JUNHO DE 2017

1 Cf., por exemplo a proposta conceitual que eu formulo em: Rogério Roque Amaro (2016), "A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação", in Revista de Economia Solidária, nº 10, dezembro, pp. 98-119. ACEESA, Ponta Delgada.

QUANDO É URGENTE NÃO CONFUNDIR E “NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS”

Por
Catarina Furtado

A responsabilidade social, as comunidades – o investir nas pessoas.

Ao longo dos 17 anos que tenho assumido com as Nações Unidas, a missão de ser Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População, o meu olhar para as desigualdades e discriminações foi sendo apurado através de relatórios e de muito “trabalho de campo, de terreno”. Os rostos, as vidas, os sofrimentos, as oportunidades tinham relevância estatística mas esses mesmos números passaram a corresponder a incontáveis nomes reais.

> ,,
> A expressão “comunidade” assume hoje para mim várias características e tantos outros lugares.
> ‘‘

Pode ser uma escola, uma tabanca, um bairro mas também diferentes cenários onde me movimento em partilha de saberes e opiniões, num constante apelo à defesa, ao investimento nos direitos de quem mais sofre e é discriminado: meninas, raparigas e mulheres.

Hoje para mim, a comunidade representa muitas vítimas (directas e colaterais) que fazem notícia mas também muitos responsáveis (directos e colaterais) entre os quais alguns anónimos.

Nas nossas escolas, a igualdade, a cidadania, os direitos humanos, a discriminação e violência com base no género, resume-se a trabalhos de grupo, debates com visitantes ou momentos e celebrações de dias internacionais.

Nas comunidades rurais, nas tabancas, nos bairros onde não se pode ir à escola ou escolher com quem casar, ser menina é um desvalor que se transforma, através do casamento, numa oportunidade de melhorar a qualidade de vida da família onde se nasceu.

Não se podem esquecer nunca as mulheres assassinadas por quem acreditaram amar, as mulheres que morrem por causas evitáveis associadas à gravidez e ao parto porque os serviços e cuidados de saúde adequados não existem ou lhes são negados. As meninas e jovens vítimas de abandono, de tráfico, conflitos étnicos mas também armados.

Há que denunciar as lideranças políticas cujos investimentos em matéria de desenvolvimento se centram nos pilares económico e ambiental de visão geoestratégica e cúpula decisória sem olharem de frente (sem retirarem as palas ideológicas e culturais) para o social onde estão as pessoas que prometeram estar sempre no centro das suas decisões. As empresas para quem a responsabilidade social se resume a eventos internos e dádivas de ocasião festiva.

Estas são algumas das comunidades que conheço.

A mortalidade materno-infantil continua a baixar em algumas regiões do mundo, mas de acordo

com os dados disponíveis é das mais elevadas em países com quem partilhamos a fala comum, por exemplo Angola e Guiné-Bissau.

Entre 2010 e 2014, o número de mulheres que na Guiné-Bissau declarava defender a Mutilação Genital Feminina diminuiu de 39% para 13%; há hoje no país um largo movimento pela escolarização das meninas e abandono de algumas práticas prejudiciais à saúde e direitos das mulheres e crianças, incluindo os casamentos precoces e forçados.

Moçambique aprovou em 2016 uma Estratégia Nacional para a Prevenção e Combate ao Casamento Infantil.

Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe enfrentam taxas de gravidez em adolescentes que empurram as meninas para fora da escola e para vulnerabilidade social.

Portugal, Timor Leste, Brasil, e muitos países europeus e de outros continentes, partilham cifrões incontáveis de violência sobre as meninas e mulheres em espaço familiar, mas também nas escolas, nos locais de emprego e no espaço público.

O desemprego e a economia informal são realidades que se escrevem no feminino... mesmo quando, no caso português, o número de mulheres com formação académica superior ultrapassa o número de homens.

No entanto, felizmente existem mudanças.

Portugal tem das melhores taxas de saúde materno-infantil do mundo, bem como a completa gratuitidade dos cuidados para grávidas e crianças assegurado pelo SNS e uma importante cobertura em matéria de cuidados de planeamento familiar - mas há ainda pessoas a quem não chegamos. A educação para a igualdade, cidadania, saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos, tarda a chegar a todos os rapazes e raparigas. Já em 2017 foi aprovada legislação sobre a participação de mulheres nos lugares de topo do sector privado.

Na Associação Corações Com Coroa, atendemos diariamente meninas e mulheres que, por pressões e representações sociais

e culturais, se confrontam com a falta de oportunidades no aceder à formação que desejam, no não saber dizer Não a uma relação violenta e controladora que as oprime e magoa, no não conhecer os serviços e direitos que têm acesso, no não lhes ser reconhecido o papel e estatuto que está legislado.

As nossas respostas são várias e diferentes porque também quem nos procura não tem uma etiqueta ou um rótulo standard. As nossas respostas são à medida de cada pessoa, mas também têm em conta as necessidades identificadas no contexto global: atendimento bio-psico-social assegurado por uma equipa multidisciplinar, bolsas de estudo para raparigas, acções em escolas, campanhas, cursos de voluntariado, cursos de parentalidade positiva, debates, prémios de comunicação e jornalismo, conferências, etc...

Sabemos que fazemos o melhor para garantir que "salvar uma mulher, é salvar uma família, uma comunidade, um país" e que damos todos os dias o nosso melhor para que ninguém (quem precisa, quem decide e quem pode) seja invisibilizado.

Mas o futuro de muitos milhões de pessoas está comprometido.

Os cortes ao financiamento dos programas de Saúde e Educação, incluindo de Planeamento Familiar, Maternidade Segura e Igualdade, por parte da actual administração norte-americana, atinge fortemente as comunidades em situação de maior vulnerabilidade e todos os programas do UNFPA. Em resposta, um grupo de países europeus, governos, sector privado e sociedade civil, mobilizou a iniciativa She Matters.

A Assembleia da República, em Portugal, aprovou a 7 de Julho deste ano, uma iniciativa parlamentar que recomenda ao governo o reforço do financiamento base (corefunding) de Portugal para o UNFPA, que inclua as temáticas da saúde sexual e reprodutiva, práticas nefastas como mutilação genital feminina, casamentos infantis, forçados e/ou combinados, violência com base no género e direitos das meninas e raparigas como prioritárias em matéria de políticas públicas sectoriais e articuladas de cooperação para o desenvolvimento, saúde, igualdade, educação e cidadania.

Há empresas em Portugal que entendem a responsabilidade social como a fórmula mais eficaz de manter a qualidade da produção e dos serviços em linha com os requisitos essenciais do direito ao trabalho e a um dia a dia de qualidade, incluindo a conciliação entre a vida familiar, privada e profissional. Que percebem a importância em estabelecer linhas de coerência com a protecção ambiental e os direitos humanos na produção e importação de matérias-primas e produtos, como essenciais ao desenvolvimento global, partilhando ao mesmo tempo com a sua comunidade global os ganhos e o exercício da solidariedade.

Em Portugal temos reunidas condições para melhor e mais.

,,
"Não deixar ninguém para trás" significa que ninguém pode ficar esquecido quando chega o momento de, em qualquer lugar do mundo, tornar efectivos e sentidos, os compromissos assinados, consensualizados, publicados e em forma de lei.
''

Significa também olhar o nosso potencial de prevenção como uma filosofia de vida: ser, fazer e estar. Significa assumir na íntegra um escrutínio perante as comunidades onde me movo, o país onde vivo e o mundo a que pertenço.

Opto desta vez por não partilhar os nomes e as muitas histórias que enchem os meus dias e os meus cadernos do passado e presente, mas enquanto cidadã, consumidora, contribuinte, eleitora, profissional, mãe, filha, amiga, opto por deixar um repto: conheçam mais, procurem mais, inquietem-se mais, questionem e sobretudo façam mais e melhor porque não podemos olhar o futuro da mesma maneira enquanto a responsabilidade social das empresas e os governos não responderem com vontade política e orçamental no sentido de apoiar a implementação de:

• programas de prevenção da gravidez em adolescentes (continua a ser a primeira causa de morte de meninas entre os 15 e os 19 anos)

• programas de prevenção dos mais de 70 milhões de casamentos infantis que se preveem para os próximos 5 anos.

• programas e cuidados de saúde reprodutiva dirigidos a mulheres e jovens em mais de 150 países onde vive 80% da população mundial

• programas de eliminação da Mutilação Genital Feminina (prática que atinge anualmente mais de 3 milhões de meninas)

• projectos que permitam o acesso a mais de 20 milhões de mulheres a métodos contraceptivos modernos

• projectos de fornecimento de kits emergência para partos e a criação de hospitais de campanha para minimizar os riscos associados à gravidez e ao parto em situações de catástrofes ou crises humanitárias.

• programas de emergência e assistência nutricional, para que as mulheres possam dar à luz bebés saudáveis.

Se falhámos, se nos esquecemos no passado, não podemos falhar agora quando nos comprometemos com o presente e o futuro da humanidade.

Em 2015 prometemos “Não deixar Ninguém para Trás” e como meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reduzir as taxas de mortalidade materna global para menos de 70 por 100.000 nascidos vivos (em Portugal de 7 por 100.000 nascidos vivos).

Hoje, em 2017, continuamos a assistir, com indignação, mas sem recursos financeiros sustentáveis, à morte de 800 mulheres por dia só por causas associadas à gravidez e ao parto!

Onde está o futuro em conformidade com os direitos humanos?

Olhar o futuro requer colocar as meninas e as mulheres em primeiro lugar, não apenas nas frases ditas e escritas sobre igualdade de género, mas sobretudo nas opções orçamentais que ditam a diferença entre a vida e a morte, a inclusão ou a exclusão, o isolamento ou a participação.

Não podemos continuar a ouvir as pessoas, fazer diagnósticos, criar expectativas e tardar na resposta.

As comunidades falam, ouvem, votam, compram, lêem, vêem televisão, pensam e decidem. O futuro da humanidade depende de muito mais!

Sejamos atentos, solidários e responsáveis.

CATARINA FURTADO
PRESIDENTE DA ONGD CORAÇÕES COM COROA
E EMBAIXADORA DE BOA VONTADE DO UNFPA

COMO SERÁ O FUTURO DEPOIS DE NÓS?

Por
Carla Castelo

Como será o futuro depois de nós? Imaginá-lo talvez seja um exercício de alguma arrogância, num mundo com tanta imprevisibilidade, com tantos sobressaltos inesperados. É por isso difícil partilhar uma visão sobre o futuro na área do chamado desenvolvimento sustentável, sem temer cair no mero *wishful thinking*, ou numa sucessão de alertas vermelhos em antecipação do pior.

A humanidade é cada vez mais numerosa. Somos hoje cerca de 7,5 mil milhões e, em meados deste século, poderemos chegar aos 10 mil milhões. As desigualdades são chocantes, com menos duma dúzia de milionários a acumularem mais riqueza do que a metade mais pobre da população mundial. E ao mesmo tempo que milhões de seres humanos vivem com muito pouco, o estilo de vida de grande parte da população dos países desenvolvidos exige do planeta enormes quantidades de recursos e produz desperdícios a um ritmo alucinante.

Escrevo num momento em que não é fácil manter o otimismo, com a desregulação ambiental anunciada por Donald Trump na presidência dos Estados Unidos da América, e diferentes populismos que ameaçam a democracia, a segurança e o bem-estar das populações e o ambiente global.

Mas escrevo também num momento em que cidadãos e diferentes coletivos – desde movimentos sociais, organizações não-governamentais de ambiente, cidades e governos locais – trabalham para o bem comum, na proteção do ambiente onde vivemos e de que somos parte, porque sabem que esse é um fator-chave para a qualidade de vida das populações humanas.

São dois movimentos contraditórios, com objetivos distintos e que seguem rumos opostos.

O segundo apoia-se na investigação científica e em inúmeros relatórios que apontam para a necessidade de mudarmos modelos e comportamentos para que não se sucedam episódios cada vez mais trágicos, consequência do impacto das atividades humanas no ambiente. O primeiro negligencia os avisos, despreza a ciência e tem uma agenda obscura de defesa de interesses corporativos.

Quando, no verão de 2016, vi o filme “Amanhã” de Mélanie Laurent e Cyril Dion reconheci nele a mesma força inspiradora de tantas histórias que conhecia e que se estavam a desenrolar também aqui em Portugal, algumas já há alguns anos. Histórias de gente que meteu mãos à obra e criou soluções, projetos, comunidades e empresas que contribuem para o desenvolvimento sustentável das regiões em que estão inseridas.

,,
Esse mundo é muito diferente do mundo do crescimento económico sem limites, da sobrexploração dos recursos naturais, do consumo desregrado e do acumular de desperdícios.
‘‘

Sendo eu jornalista, gosto particularmente de encontrar boas histórias para contar. E sendo a vasta área do ambiente aquela que mais de perto tenho acompanhado desde o ano 2000, tenho-me cruzado, ao longo destes 17 anos, com inúmeras histórias desses pioneiros que trabalham para construir no presente o mundo de bem-estar, melhores condições de vida, justiça social e equilíbrio ambiental que gostariam de deixar para as próximas gerações. Esse mundo é muito diferente do mundo do crescimento económico sem limites, da sobrexploração dos recursos naturais, do consumo desregrado e do acumular de desperdícios.

Uma das imagens que retenho desse mundo é a imagem duma mulher agricultora a recolher sementes das suas culturas anuais para voltar a semear, preservando esse fabuloso património que são variedades tradicionais. Estive em 2013 na Quinta das Seis Marias, uma exploração familiar, situada perto de Lagos, no Algarve, que faz parte desse número crescente de empresas e cooperativas agrícolas que apostam com bons resultados no modo de produção biológico e na certificação dos seus produtos. Impossível esquecer a luz do nascer do dia, quando Fátima Torres – uma das marias que dão nome à quinta – liga a rega, e o cuidado que põe na tarefa de "colher para semear", nome da rede portuguesa de variedades tradicionais, que luta contra a perda de biodiversidade genética agrícola e que fiquei a conhecer pela mão de José Miguel Fonseca, em Figueiró dos Vinhos, em 2007, onde fui fazer uma reportagem para a rubrica "Terra Alerta" (Jornal da Noite da SIC).

Esta imagem é para mim quase uma metáfora do chamado desenvolvimento sustentável,

conforme foi proposto em 1987 no Relatório Brundtland – O Nosso Futuro Comum: "aquele que procura satisfazer as necessidades das atuais gerações, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades". No fundo, um modelo de desenvolvimento humano baseado no uso racional dos recursos e na preservação das espécies e os habitats naturais, em suma, baseado numa nova relação entre as pessoas e o ambiente.

Um modelo que voltei a encontrar em 2009 noutra reportagem que fiz para a rubrica "Terra Alerta", em Montemor-o-Novo, na Herdade do Freixo do Meio, a empresa agrícola de Alfredo Cunhal Sendim. O empresário apostou na diversidade de culturas e na produção de alimentos em modo biológico. Defensor de um novo modelo de desenvolvimento assente na eficiência energética e na proteção dos recursos naturais, mantinha também uma forte ligação à comunidade. Recordo-me que os tratores da herdade circulavam com óleo alimentar usado num projeto que envolvia as escolas do concelho. Uma refeição escolar por semana era confecionada com produtos da herdade e em troca os alunos eram incentivados a doar o óleo de fritar que tivessem usado em casa.

Também com os olhos postos num futuro sustentável, em outubro de 2013, um grupo de dezasseis cidadãos criou a primeira cooperativa de energias renováveis em Portugal. O projeto da Coopérnico alia a produção e comercialização de eletricidade 100% renovável, com benefícios económicos para os investidores, ao apoio a projetos de solidariedade, educação ou de proteção ambiental.

A aposta na produção descentralizada de eletricidade, nomeadamente através da instalação de painéis solares fotovoltaicos nas coberturas dos edifícios, faz parte do leque de soluções que é preciso adotar para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa no setor da energia. Do ponto de vista do consumidor, mudar para um fornecedor de eletricidade renovável é também uma forma de sinalizar que é esse o rumo que se pretende para o país, e não a exploração de petróleo e a queima de mais combustíveis fósseis que emitem dióxido de carbono, um dos principais responsáveis pelo aumento da temperatura média do planeta.

De norte a sul do país, desde 2010 começaram a surgir também grupos de cidadãos envolvidos em iniciativas de transição. Um movimento iniciado em Totnes, em Inglaterra, em 2006, e inicialmente centrado sobretudo na questão da necessidade e do imperativo ético de preparar uma transição energética para uma era pós-petróleo. A ideia é aumentar a resiliência local, perante qualquer crise ou adversidade externa. Os laços de vizinhança voltam a ganhar papel de relevo em comunidades que promovem a cultura da troca, da partilha e da entreajuda.

Em 2012, visitei a Aldeia das Amoreiras no concelho de Odemira onde um grupo de pessoas tinha iniciado uma iniciativa de transição. O almoço foi parcialmente cozinhado num forno solar com produtos colhidos na horta. O movimento de transição defende, claro está, uma economia de baixo carbono baseada o mais possível na produção e consumo locais, com maior partilha e envolvimento da comunidade quer seja no Alentejo profundo, quer seja no bairro de Telheiras, em Lisboa, em Linda-a-Velha, Gaia ou Famalicão. O que me parece inspirador nestas iniciativas é a capacidade de pessoas e comunidades tão diferentes se juntarem para materializarem uma visão positiva de futuro.

No enorme espaço da cidadania, há muitas outras iniciativas que à primeira vista podem parecer pequenas, insignificantes até, mas que são na prática grandes exemplos de sustentabilidade pela simplicidade das soluções onde elas são mais precisas: nas cidades onde a maioria da população mundial vive atualmente.

Na área da mobilidade urbana, no dia a dia, Lisboa precisa de fazer um longo trabalho de promoção dos transportes públicos e dos chamados meios suaves. Mas a cidade tem vindo a ganhar utilizadores da bicicleta que, em deslocações curtas, é um meio de transporte muito eficaz e com grandes vantagens ambientais, para a saúde e para a qualidade de vida das pessoas. Em 2015, um pai lançou um projeto de mobilidade em bicicleta para crianças em idade escolar na zona da Expo,

o Ciclo Expresso do Oriente. A ideia já existia noutros países e consiste em criar uma espécie de comboio ou autocarro em que as crianças seguem de bicicleta acompanhadas por um adulto na frente e outro atrás, no percurso entre uma determinada zona residencial e a escola. São projetos como este, que partem dos cidadãos pioneiros e que mobilizam uma comunidade, que se enquadram na tal visão de futuro que lentamente vai ganhando forma.

Não são apenas os cidadãos a liderar o processo para um futuro de maior bem-estar e justiça social. Governos de cidades de todo o mundo têm vindo a apostar em políticas públicas que favorecem a mobilidade sustentável, a eficiência energética, as energias renováveis, a produção e consumo locais, com hortas urbanas e mercados de produtos biológicos. Visitei este ano de 2017, Essen na região do Ruhr, na Alemanha, que foi em tempos um grande centro de extração de carvão e de produção de aço, e que pelo trabalho desenvolvido pelo município conseguiu ser eleita 'Capital Verde da Europa 2017'.

E há ainda um número crescente de empresas que não se limitam à cartilha do *marketing* ambiental e da sustentabilidade no discurso, e desenvolvem os seus negócios procurando na prática ser mais eficientes no uso da água, do solo, da energia e dos recursos naturais em geral.

Entre inícios de 2013 e finais de 2014, coordenei um programa diário chamado "Economia

Verde" na SIC Notícias, em que contámos muitas histórias de boas práticas ambientais e soluções inovadoras, com preocupações de uso racional dos recursos naturais, mas também de promoção da equidade social e de desenvolvimento local. No mundo da economia real, há projetos que vingam e outros que ficam pelo caminho. Mas cada vez mais aqueles que se conseguem diferenciar pela qualidade, pela eficiência no uso dos recursos, e pela responsabilidade social e ambiental, terão mais hipóteses num mercado em que os consumidores serão também eles cada vez mais exigentes.

Cada um de nós, enquanto consumidor, faz escolhas com maior ou menor impacto no ambiente. Por vezes são escolhas que nem implicam a compra de coisa nenhuma; apenas a utilização ou não de um determinado produto, como um copo descartável oferecido para beber água juntamente com a bica matinal.

Em cada vez mais locais, cafés, cantinas, empresas (que proclamam ter consciência ambiental), há copos de plástico junto a dispensadores de água. Como os utilizadores não os têm de pagar, esses copos têm um tempo de vida médio de apenas alguns segundos, o tempo de se ingerirem uns quantos goles de água, antes de se descartar o copo. Mesmo que a pessoa que o use o coloque, por imperativo de consciência, no ecoponto amarelo, o desperdício é enorme porque é preciso transportá-lo e gastar energia para o reciclar. O mesmo se passa com os copos descartáveis para café, pratos, talheres e muitos outros produtos de plástico que hoje em dia se usam e deitam fora quase de imediato. E não custa nada ter na secretária do trabalho um copo ou caneca de vidro, ou outro material durável, que dê para usar e voltar a usar. Como não custa nada ter na mala um ou dois sacos de lona para meter as compras. Da mesma forma, que não é difícil acondicionar bem os resíduos, depositá-los nos contentores certos e nunca deixar lixo abandonado no ambiente.

Na maior parte dos casos, basta pensar sobre que impacto terá determinado comportamento ou opção antes de agir. De onde vêm a roupa e calçado que usamos, quem as fabricou? O processo terá implicado danos no ambiente ou sofrimento em animais ou pessoas? São perguntas que nos devemos fazer e ainda ecoam na minha mente duma entrevista recente que tive a oportunidade de fazer à primatóloga e conservacionista Jane Goodhall, por ocasião da National Geographic Summit, em Lisboa.

Talvez não consigamos mudar o mundo, mas podemos mudar-nos a nós próprios para melhor e acredito que seremos tanto mais felizes quanto menor impacto negativo produzirmos no planeta que habitamos e do qual fazemos parte.

CARLA CASTELO
JORNALISTA

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Por
Francisco Ferreira

Depois da visão integradora à escala mundial para um futuro assente nos objetivos de desenvolvimento sustentável aprovados em setembro de 2015 e para as respetivas metas e agenda para 2030, não é fácil individualizar a componente ambiental. Efetivamente, as reflexões feitas nomeadamente pelas organizações não-governamentais de ambiente e por múltiplos especialistas, mostram que apenas poderemos ter melhores dias para o planeta se houver uma mudança de paradigma no que respeita às necessidades e expectativas das populações. Até agora temos vivido numa sociedade onde impera o consumo como base da felicidade e da qualidade de vida. Mudarmos a nossa bússola mental de objetivos de crescimento para metas de suficiência, não é de forma alguma fácil porque enraizámos um modelo de sociedade predador de recursos, que não admite sequer equacionar ou assumir uma necessidade de redução e partilha indispensáveis para conciliarmos uma população crescente com a capacidade de renovação proporcionada pela natureza. É um facto que a natureza sobrevive sem nós, enquanto o contrário não é válido. Mas mesmo assim, é difícil fazermos a mudança profunda individual e coletiva que é imprescindível quando estamos, em diversas áreas, a ultrapassar os pontos de rutura de várias partes do sistema terrestre.

Os cidadãos procuram o bem-estar social, económico e ambiental. O bem-estar económico, na forma de prosperidade para todos, começa na redistribuição da saúde. O bem-estar social, sinónimo de qualidade, traduz-se em serviços públicos inclusivos e a preços adequados, apostando na promoção da diversidade cultural e no cuidar da própria sociedade. O bem-estar ambiental reside em proporcionarmos um ambiente natural saudável que suporte a vida, proteja os solos, águas, ar, assegurando uma alimentação saudável e onde o impacte nas alterações climáticas sejam minimizadas.

Neste contexto, é fundamental aumentar a confiança das pessoas nas instituições e nas empresas, assegurando que os interesses comerciais e corporativos não ultrapassam o interesse público. É assim crucial não deixar ninguém para trás, vivendo tanto quanto possível dos recursos renováveis que geramos.

Um dos objetivos próximos é a plena implementação do Acordo de Paris, descarbonizando a nossa economia, aumentando a eficiência energética e acelerando a transição justa e sustentável para energias renováveis limpas e acessíveis, com base nos princípios da justiça climática, a fim de limitar o aquecimento global a 1,5 ° C.

> ,,
> Os cidadãos procuram o bem-estar social, económico e ambiental.
> ‘‘

Um dos aspetos relevantes é o do desenvolvimento de políticas e legislação que se concentrem em garantir a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável e na aplicação de padrões elevados de empregos, saúde, segurança e ambiente, proporcionando benefícios tangíveis a todos os cidadãos e a regeneração do capital ambiental. A coerência das políticas como um objetivo-chave deverá promover a eliminação progressiva de subsídios públicos perversos, especialmente para produção de alimentos insustentáveis e combustíveis fósseis.

AVALIAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Uma das formas mais adequadas de avaliar a sustentabilidade ambiental é através da Contabilização da Pegada Ecológica, que se tornou uma medida cada vez mais utilizada para dar relevo ao capital natural e à contabilidade ambiental. A pegada ecológica fornece um primeiro rastreio macro ecológico das necessidades metabólicas de uma determinada população, em comparação com a capacidade do ecossistema de fornecer serviços essenciais de suporte à vida.

Tal como um extrato bancário dá indicação das despesas e dos rendimentos, a Contabilização da Pegada Ecológica avalia as necessidades humanas de recursos renováveis e serviços essenciais (através de uma métrica chamada Pegada Ecológica) e compara-as com a capacidade da biosfera de fornecer tais recursos e serviços (através de uma métrica chamada biocapacidade). Tanto a procura como a oferta são expressas em unidades equivalentes a hectare (ou hectares globais - gha), que representam hectares com produtividade biológica média mundial. São considerados seis principais tipos de áreas bioprodutivas, cada uma fornecendo diferentes recursos e serviços de ecossistemas.

A Pegada Ecológica mede o uso de terra cultivada, florestas, pastagens e áreas de pesca para o fornecimento de recursos e absorção de resíduos (dióxido de carbono proveniente da queima de combustíveis fósseis). A biocapacidade mede a quantidade de área biologicamente produtiva disponível para regenerar esses recursos e serviços.

A Contabilidade da Pegada Ecológica é aplicável a diferentes escalas que vão de produtos a cidades, de países ao planeta como um todo. A Pegada Ecológica de cada cidade, estado ou nação pode ser comparada à sua biocapacidade, informando apenas sobre um aspeto fundamental da sustentabilidade - o quanto a sociedade humana exige da capacidade de regeneração da Terra e quanto está disponível – não sobre todos os aspetos da sustentabilidade nem todas as preocupações ambientais. A tentativa de responder a esta questão de investigação científica em particular é motivada pela perceção - cada vez mais apoiada por um número crescente de estudos - de que a capacidade regenerativa da Terra se tornou o fator limitante para a prosperidade das economias e sociedades humanas.

A PEGADA ECOLÓGICA PORTUGUESA

A Global Footprint Network tem vindo a calcular a Pegada Ecológica e a biocapacidade para cerca de 200 países - no chamado Sistema de Contas Nacionais da Pegada - desde 2003 e recentemente publicou os seus últimos resultados relativos ao período 1961-2013 (o ano mais recente para que os resultados estão disponíveis).

Quando aplicado a Portugal, os resultados indicam que a nossa biocapacidade por pessoa aumentou 24% no período 1961-2013, passando de 1,2 para 1,5 gha por pessoa. Esse aumento

foi superado pelo aumento (+ 73%) da pegada ecológica média per capita do país, que passou de 2,2 gha por pessoa em 1961 para 3,9 gha por pessoa em 2013. Ao longo dos anos, o *deficit* ecológico do país aumentou continuamente até o início dos anos 2000 e uma redução tem sido registada desde 2006.

,,
Como gostaríamos que fosse o nosso mundo?
,,

Comparando com os outros países mediterrânicos, os resultados indicam que, a partir de 2013, Portugal tinha a 9ª maior Pegada Ecológica per capita entre os 24 países mediterrânicos considerados, com 3,9 hectares globais (gha) per capita. Entretanto, a biocapacidade per capita portuguesa em 2013 (1,5 gha per capita) foi ligeiramente superior à média regional mediterrânica (1,2 gha per capita), mas inferior ao valor médio mundial de 1,7 gha per capita.

Comparando com os países da União Europeia (com exceção de Malta e Finlândia para os quais não há dados), os resultados indicam que, a partir de 2013, Portugal tinha a 6ª menor Pegada Ecológica per capita entre os 26 países da UE considerados, com 3,9 hectares globais (gha) per capita.

Os países com maiores rendimentos atualmente possuem as maiores procuras de recursos em termos de Pegada Ecológica. A componente de pegada de carbono contribuiu para a principal parcela do valor global da pegada nacional em praticamente todos os países analisados.

Tal rastreio permite compreender onde e como a pressão humana pode ser reduzida. O défice ecológico de Portugal deve-se tanto a um elevado grau de dependência dos recursos e da biocapacidade do exterior como à utilização excessiva dos recursos locais. Numa análise rápida, o consumo de alimentos (32% da Pegada global do país) e a mobilidade (18%) encontram-se entre as atividades humanas diárias que mais contribuem para a Pegada Ecológica de Portugal e constituem assim pontos críticos para intervenções de mitigação da Pegada.

MISSÃO POSSÍVEL

Como gostaríamos que fosse o nosso mundo? Os cinco Ps dos objetivos de desenvolvimento sustentável apontam-nos o caminho: um mundo cem por cento dedicado à felicidade das Pessoas, vivendo com Prosperidade, onde seja possível garantir a Paz, com um respeito integral pelo Planeta, construindo-o através de múltiplas Parcerias.

Com uma população crescente, onde no ano de 2010 se estimava que precisávamos de mais meio planeta, isto é, metade dos recursos que estávamos a utilizar não estavam a conseguir ser regenerados pelo planeta, é fundamental pensarmos ou insistirmos num novo paradigma para uma sociedade em crise ecológica.

No quadro do Acordo de Paris, a visão de longo prazo de, à escala do planeta, assegurar um balanço neutro de carbono entre os sumidouros e as emissões de gases resultantes das atividades humanas, irá pôr em causa todo o nosso paradigma económico e trará profundas modificações sociais e ambientais. Esse será um mundo com perto de 100% da energia será proveniente de fontes renováveis, onde o uso dos recursos deverá ser 100% suficiente. Claro que esta visão nos parece utópica, inatingível, como se de uma fantasia se tratasse. Porém, é fundamental traçarmos um caminho para um futuro onde esses sejam os objetivos a atingir à escala nacional, europeia e planetária. O facto de Portugal ter assumido este objetivo para 2050 tem necessariamente de ser integrado como um dos eixos principais da sustentabilidade ambiental da sociedade, do Estado e das empresas, em conjugação com outras áreas e de forma integrada. Este enorme desafio que temos pela frente toca em áreas que vão desde o desenvolvimento tecnológico, a mudança de comportamentos, os objetivos de realização individual e coletiva, o ordenamento do território à dinâmica das cidades. O ensinamento das últimas décadas mostra-nos que nestas áreas, as decisões têm um impacte que apenas se torna claramente visível no sistema, passados dez ou quinze anos da decisão política.

Olhar para uma sociedade carbono zero é um enorme desafio que tem de começar já, que merece um profundo planeamento, que deve ser flexível ao longo do tempo, e que acima de tudo deve merecer um grande consenso político e institucional, para além de necessidade de uma participação empenhada de todos os setores da sociedade, alicerçada também na contribuição de diversos técnicos. As empresas, no quadro da sua responsabilidade ambiental e também social têm agora uma missão urgente que se interliga com outras temáticas críticas como a economia circular. Abraçar esta visão é um primeiro passo para todos começarmos a refletir e a concretizar um futuro mais sustentável, essencial para salvaguardarmos o planeta e termos um país mais resiliente.

FRANCISCO FERREIRA
PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, PRESIDENTE
DA ZERO - ASSOCIAÇÃO SISTEMA TERRESTRE
SUSTENTÁVEL

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Por
Helena Freitas

O compromisso pelo desenvolvimento sustentável, consagrado na Cimeira do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento em 1992, e na Cimeira Mundial de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável em 2002, é um dos maiores desafios que se colocam a Portugal e ao mundo. As alterações climáticas, o crescimento demográfico, a gestão dos recursos hídricos e dos bens alimentares, a proteção dos oceanos, a conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, são questões que determinam cada vez mais as escolhas e as decisões em qualquer país.

Um desenvolvimento sustentável deve assegurar o equilíbrio dos sistemas que suportam a vida, numa harmonização urgente e efetiva entre o pensamento económico e o ponto de vista ecológico. A coexistência de uma demanda crescente de recursos e o equilíbrio de um planeta que se revela cada vez mais frágil, em que as ameaças são profundas e globais, exige uma visão concertada, transdisciplinar e transnacional, e uma intervenção urgente apoiada na formação, na partilha do conhecimento, e no capital científico e tecnológico.

A aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2015, da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida por Agenda 2030, e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, representou o culminar de um longo processo iniciado com o relatório Bruntland "O nosso Futuro Comum", em 1987. A agenda política agora aprovada, é ambiciosa e contempla um conjunto de 17 objetivos que os países membros das Nações Unidas devem assumir como referência para a definição das suas agendas nacionais, e cujo sucesso depende de uma ampla mobilização e empenho da sociedade.

A agenda 2030 surge com uma dinâmica transformadora do mundo e promotora da paz, erradicando a fome e a pobreza, reduzindo as desigualdades, e constituindo uma extraordinária oportunidade para todas as comunidades e movimentos sociais que são encorajados a responder aos problemas que mais afetam a Humanidade. A agenda 2030 convoca todas as instituições públicas e privadas, e a sociedade em geral, num plano de ação para as pessoas, para o planeta e em favor da prosperidade, identificando a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, como o maior desafio global e uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável.

> ,,
> Uma oportunidade para construirmos e apoiarmos iniciativas capazes de proporcionar uma vida melhor para todos.
> "

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que compõem esta nova Agenda universal, constroem-se sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, procurando concluir o que estes não conseguiram alcançar. Os Objetivos e as metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, a saber:

1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres

6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Mas sendo inequívoca a necessidade de afirmar um compromisso global tal como a Agenda 2030 bem expressa, e não se contestando a relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também não se justifica a sua valorização excessiva, nem se pode condicionar a estratégia e a ação à sua concretização. A Agenda 2030 é de facto uma agenda política global da maior importância, que será tanto mais bem-sucedida quanto maior for a capacidade para a debatermos face aos cenários da realidade global. A Agenda 2030 representa um novo impulso do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional; um cenário que apela à responsabilidade partilhada de todos os atores, públicos e privados, e de todos os Estados-membro da ONU, para que seja possível alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as respetivas 169 metas.

São profundas as diferenças que separam a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da agenda anterior, que tinha como referenciais os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

A maior diferença reside no seu caráter universal, na dimensão local desta universalidade e na ancoragem nos direitos humanos, que se evidencia nomeadamente na ideia firme de que não queremos "deixar ninguém para trás", numa orientação clara e na vontade expressa para reduzir as desigualdades dentro e entre os países. A dificuldade será garantir a credibilidade da agenda, e esta joga-se sobretudo na capacidade que as sociedades revelarem para a implementação de iniciativas e ações efetivas e plenamente reconhecidas.

A agenda 2030 reclama igualmente o envolvimento e o empenho das organizações empresariais, reconhecendo e invocando a sua longa experiência na promoção do Desenvolvimento Sustentável. Mas este é também o momento de convocar outras organizações para a promoção destes objetivos, à escala respetiva e nos contextos em que operam, de forma a dar o seu contributo para a sustentabilidade através da responsabilidade social.

A realidade é hoje muito clara e são cada vez mais os utentes e os públicos que exigem garantias de cumprimento de valores fundamentais, no respeito pelos direitos humanos, na integridade moral e na ética, na prevenção e combate à corrupção, no respeito pelos direitos de informação ao consumidor. Por outro lado, todos queremos paz, segurança, felicidade e bem-estar para todos; e todos queremos qualidade do ar e da água, alimentação saudável, respeito pela diferença e pelas preferências individuais, liberdade de pensamento, de consciência e de expressão. As organizações têm que dar resposta a todas estas questões porque são estas as preocupações e as expectativas da sociedade.

Chegou o momento para assumir e integrar estas questões nos modelos de governação e gestão. Chegou o momento de assumir a responsabilidade pelo impacto das decisões e atividade das organizações. Estamos a vivenciar um movimento crescente e global que não se pode ignorar, e que tem de se estender a todo o tipo de organizações e não apenas às empresas. A sociedade civil e as suas organizações têm agora responsabilidades na realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. As políticas públicas não podem continuar a ignorar esta dimensão e a limitar a sua ação ao "rótulo verde", passando ao lado dos desafios humanitários, educacionais, de saúde, e de relação entre culturas.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável representam uma oportunidade para construirmos e apoiarmos iniciativas capazes de proporcionar uma vida melhor para todos, num planeta equilibrado e respeitador de todas as formas de vida. Todos pensamos que temos esse direito, mas todos temos acima de tudo essa responsabilidade, e todos temos que assumir essa responsabilidade.

Somos hoje interpelados a encontrar respostas para vários problemas, procurando compreender os limites que o planeta nos impõe no que diz respeito à disponibilidade de recursos e aos seus limites. Somos desafiados a encontrar soluções para tornar os ecossistemas mais resilientes. Somos encorajados a promover a cidadania ambiental e o compromisso em relação ao planeta e ao bem-estar dos seus habitantes.

Somos desafiados a minimizar as ameaças sobre o planeta, a limitar as fontes de poluição, a reduzir a dramática extinção de espécies, e a preservar uma diversidade de paisagens que garanta e reforce a conectividade entre as pessoas e entre estas e a natureza.

Somos desafiados a reduzir as desigualdades dentro e entre nações no acesso aos recursos do planeta, garantindo que todas as gerações, atuais e futuras, têm resposta para as suas necessidades básicas. A sustentabilidade ambiental é hoje um desafio transversal e convoca-nos a todos para uma agenda global que pode verdadeiramente transformar o mundo, privilegiando os valores da ecologia, da igualdade, da paz e do bem estar coletivo.

HELENA FREITAS
PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CÁTEDRA UNESCO EM BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PARTILHAR É SOMAR

Por
Mafalda Anjos

Novos desafios colocam-se às empresas em matéria de responsabilidade social nos tempos digitais. Aqui ficam cinco pontos para a discussão.

1. Lucro e generosidade não são palavras incompatíveis.

Em *1984*, provavelmente a melhor das metáforas alguma vez escritas contra todas as formas de totalitarismo, George Orwell faz uma descrição tenebrosa dos empresários, vendidos como inimigos do povo antes da "Gloriosa Revolução". "Estes homens ricos chamavam-se capitalistas. Costumavam ser gordos e feios, com cara de maus, como o da foto na página ao lado. Como vês, traz um casaco preto e comprido, a que chamavam casaca, e um chapéu esquisito, brilhante, em forma de chaminé, a que chamava cartola. Era este o uniforme dos capitalistas, mais ninguém podia usá-lo senão eles. Os capitalistas eram donos de tudo quanto há no mundo, os demais indivíduos apenas seus escravos. Donos da terra toda, de todas as casas, todas as fábricas, todo o dinheiro. Se alguém lhes desobedecesse podiam mandá-lo para a prisão, ou tirar-lhe o emprego, deixando-o morrer à fome", escreveu na obra-prima. Orwell usou e abusou, com a sua fina ironia, da imagem cultivada durante anos e em certos meios em relação aos empresários. Felizmente, o mundo mudou e os empresários e a sua imagem também. Capitalismo e generosidade não são palavras incompatíveis, da mesma forma como se podem conjugar na mesma frase os verbos lucrar e partilhar.

Deste ponto de partida elementar desenvolveram-se os conceitos de responsabilidade social nas suas inúmeras vertentes, seja a corporativa, empresarial ou ambiental. Num aspeto, todas coincidem: as empresas e os empresários devem atuar de forma responsável, pautar-se por políticas de crescimento sustentável e devolver aos empregados e à sociedade parte do que deles obtêm. Responsabilidade não deve ser "mera" filantropia nem assistência social, tem de se traduzir numa maneira de estar distinta em todas as formas de atuar da empresa, para dentro e para fora.

2. Ver as empresas como pessoas.

Olhar as empresas como pessoas é um conceito revolucionário que gosto de utilizar. "Não há bons negócios com más pessoas", é a regra de Warren Buffett, o homem mais rico do mundo atrás de Bill Gates e um dos investidores mais bem-sucedidos de sempre (e também um dos mais generosos – prometeu doar 99% da sua fortuna). Buffett é exemplar numa certa forma de estar nos negócios em que se defende que não pode ser distinta da ética que colocamos na nossa vida privada. Se a compaixão e a generosidade são bitolas da nobreza humana, devem sê-lo também da "nobreza empresarial". E se exijo de quem gosto que se sensibilize com o sofrimento alheio, se admiro profundamente quem se mobiliza para o minorar, se desprezo quem seja insensível à dor dos outros e ponha sempre os seus interesses em primeiro lugar, faço o mesmo com as empresas com quem me relaciono. É assim comigo e, confirmam os estudos, com cada vez mais gente. Segundo o relatório "Global Corporate Sustainability 2015" da Nielsen, 66% dos consumidores estão dispostos a gastar mais num produto que venha de uma marca sustentável e socialmente responsável. Se uma empresa se comporta de forma indigna, se maltrata e explora os seus funcionários, se atua sem preocupação pela sociedade e o ambiente, não poderá cair nas boas graças de um cada vez mais leque de consumidores mais exigentes não só com os produtos, mas também com as boas práticas.

3. Sustentabilidade e ética: uma exigência dos Millennials.

As empresas que trabalham na venda ao grande público já conhecem bem esta realidade: os millennials, ou a chamada geração Y, são consumidores muito diferentes das gerações que os antecederam. E eles – os jovens que nasceram entre os 1980 e 1996 – já estão a impor uma verdadeira revolução no capitalismo e na forma de produzir e vender. Verdadeiramente globais e digitais, eles são mais frugais, mais criteriosos e mais adeptos da experiência em detrimento da posse. Não querem casa nem carro próprios, não esperam ter um emprego para a vida e defendem uma economia de partilha. Partilha que se traduz em vários aspectos do seu dia a dia e que exigem também das marcas com quem se relacionam.

73% dos millennials esperam que as suas marcas favoritas tenham comportamentos éticos e que façam declarações públicas regulares acerca dos compromissos de

cidadania responsável que assumem. Para eles, ir ao Starbucks beber um café é também apoiar as comunidades rurais nos países de origem; comprar uma camisola de *outdoor* da Patagónia é também reflorestar zonas em perigo do planeta; comprar uns ténis da Adidas é também ajudar crianças e adolescentes das favelas brasileiras. Nunca as boas práticas foram tão escrutinadas e apreciadas pelos consumidores como por esta Geração Y. As empresas que não perceberem isto e não entrarem neste comboio correm o risco de não acompanhar os consumidores do futuro.

4. Passos em falso saem (mesmo) caro.

Demora anos a construir uma boa reputação e cinco minutos para destrui-la. Sobretudo nestes tempos digitais em que uma notícia dá a volta ao mundo em segundos. Nos dias que correm, uma política incongruente, uma publicidade enganosa ou um comportamento errado são rapidamente detetados e partilhados viralmente, causando potenciais danos de imagem para marcas, empresas e empresários. Por exemplo, o conhecimento público de que uma empresa causa poluição, é responsável por danos à saúde de trabalhadores ou consumidores ou usa métodos de trabalho pouco éticos tem efeitos também sobre o seu posicionamento e, ao fim do dia, sobre a sua rentabilidade. Pisar o risco não compensa e pode mesmo sair muito caro.

5. O papel dos *media* de referência como amplificadores de uma marca sustentável.

Na era das *fake news* e da proliferação do lixo mediático, a distribuição de conteúdos através de *players* globais como a Google ou o Facebook coloca enormes desafios às empresas em matéria de responsabilidade social. Um caso recente foi sintomático. Empresas de referência doaram 288 mil euros a causas radicais islâmicas ou anti-semitas e supremacistas brancas, que promovem *online* discursos extremistas. Na prática, empresas como a BBC, a Vodafone, a Sky e a Hyundai andaram a financiar atividades terroristas ou xenófobas sem o saberem, pelo facto de terem contratado campanhas de publicidade com a Google, detentora do Youtube, e de terem visto anúncios seus colocados em vídeos com conteúdos de ódio. A história veio a público com estrondo no Reino Unido, em Março, atingiu proporções de escândalo, e o caso não é para menos. Dezenas de grandes empresas anunciaram que vão deixar de fazer publicidade no Youtube, pelo menos até a gigante garantir que consegue assegurar que as campanhas não vão parar a conteúdos impróprios. A Google não pareceu muito preocupada: ao fim de mais de quatro dias do caso rebentar, os anúncios continuavam nos vídeos de ódio. Até marcas nacionais, como a Unilever portuguesa, a Alpro ou a Cofidis, foram doadoras à força de causas que evidentemente não apadrinham. É ver os contadores de euros a somar para o lado dos extremistas (e do Youtube, claro), que encaixam bem à custa de empresas desprevenidas em busca de um lugar ao sol no mundo digital.

O caso é sério e bem revelador destes novos tempos dos *media*, desafiantes, mas periclitantes e sinuosos, onde os *players* globais atuam com poucas regras e muito pouca ética. Onde os leitores tropeçam a toda a hora nas redes sociais em histórias que afinal são mentira ou têm agendas escondidas, e os anunciantes são enganados com propostas que ofendem os seus valores e descredibilizam as suas marcas.

Um mundo onde palavras como o rigor, a credibilidade, a responsabilidade social, o espírito de missão, o dever cívico ficam cada vez mais enclausuradas nalguns meios de comunicação de referência, que resistem apesar das adversidades, um pouco contra tudo e contra todos. Para a construção de uma imagem sólida e para chegar aos públicos que interessam credibilizando uma imagem de confiança, não tenho dúvidas que são eles – os *media* de referência – os parceiros ideais.

MAFALDA ANJOS
DIRETORA DA REVISTA VISÃO

UMA VIAGEM AO GANA...

Por
Alexandra Borges

Há 10 anos fiz uma viagem ao Gana para fazer uma reportagem sobre escravatura infantil que mudou a minha e muitas outras vidas de portugueses e portuguesas.

No fundo, pessoas que, tal como eu, perceberam que a indiferença mata e que era esta indiferença que estava a matar as crianças do Gana.

> ''
> Mummy, I Will be the next president of Ghana and Will Make you and the world proud of me!
> ''

No lago Volta,o maior lago artificial do mundo, filmei crianças de 3 e 4 anos- vendidas pelos próprios pais por menos de 20 euros a traficantes- a trabalharem como escravas na pesca 14h/dia,7 dias por semana a troco de um prato de farinha de mandioca.

Pela primeira vez na minha vida, confundi todos os papéis e encarnei aquele que melhor nos define a todos e cada um de nós.

Como ser humano que acredita no direito à infância de todas as crianças do mundo, acabei por resgatar 3 crianças que coloquei num orfanato americano e a quem, com o meu ordenado da TVI, comecei a pagar saúde, alimentação e, principalmente, educação.

Percebi logo na altura que mais difícil do que resgatar as crianças escravas da pesca do lago Volta, era resgatar a infância que lhes tinham roubado e conseguir que elas percebessem que, se um dia tiveram um preço, dali para a frente iriam passar a ter muito VALOR, sobretudo para o país que as deixou serem escravizadas.

Acreditei, naquele momento, que a educação iria ser a verdadeira porta para a liberdade e que, diferenciando-as pela educação, conseguiria que um dia elas fizessem a diferença no seu próprio país.

Hoje, passados 10 anos e já com 93 crianças resgataras a quem o projeto Filhos do Coração ajuda a pagar a educação- através de uma parceria que tem com a ONGD americana Touch a Life Kids- confirmo o poder daquela ideia inicial.

Hoje, já temos rapazes de 16 anos que resgatámos com 6 a dizerem-me com uma certeza enternecedora "Mummy, I Will be the next president of Ghana and Will Make you and the world proud of me!". Hoje, estas crianças são seres humanos completos, plenos de direitos e deveres, com a generosidade de retribuir ao país a dignidade que lhe roubou.

Nada disto seria possível, pelo menos seria muito mais difícil, sem aqueles a que chamo carinhosamente o "meu maior exército": as crianças portuguesas.

As crianças que sensibilizo nas escolas de Portugal, são as únicas que não me perguntam porque é que estamos a ajudar as crianças do Gana, ao contrário de muitos adultos!

Elas, tal como eu e todos os voluntários que nos ajudam diariamente há anos, sabem que crianças são crianças, aqui ou a 3.900 km de distância!

As crianças não têm preconceitos e, mesmo sem saberem que aqui há comissões de proteção de menores, saúde e educação gratuitas e lá há meninos e meninas que foram vendidos pelos próprios pais e nem sabem o nome nem a idade, a primeira pergunta que me fazem é sempre : "o que podemos fazer para ajudar os meninos do Gana?".

Talvez por isso, a Associação Filhos do Coração tenha optado por editar livros infantis que vende por 10 euros e cuja receita reverte, na totalidade, para o projeto de educação no Gana.

O último, que editámos este natal, e que está à venda no corte inglês, lojas science4you, pingo doce e na nossa loja online (www.filhosdocoracao.org) foi escrito por 4 pessoas de cada um dos canais generalistas de televisão SIC,TVI e RTP.

Nós, que lutamos todos os dias por mais 1% de audiência, compreendemos melhor ainda que, no caso da escravatura infantil, é mais forte o que nos une, do que aquilo que nos separa.

Este é o título do nosso livro infantil. Porque é verdade. Porque é assim que o sentimos. Porque é assim que conseguimos, todos juntos, fazer a diferença.

E você? Quer viver num mundo com escravatura infantil?

ALEXANDRA BORGES

AS EMPRESAS COMO PARTE DA SOLUÇÃO

Por
Comendador Rui Nabeiro

A erradicação da pobreza, o combate contra a discriminação, as parcas condições de vida das pessoas portadoras de deficiência e das minorias étnicas são, indubitavelmente, um dos principais desafios para o desenvolvimento efetivo das sociedades e reconhecimento premente dos direitos humanos.

Um projeto de ética e cidadania só será viável com o alcance de grandes transformações políticas e sociais.

As estratégias devem traduzir-se em melhores condições de vida para a população, a todos os níveis, garantir igualdade de oportunidades, acautelando um percurso saudável, realizando um trabalho que vise, fundamentalmente, a democracia e a cidadania.

> ,,
> O objetivo capital deve passar pela erradicação definitiva de todas as formas e modalidades de discriminação e fomentar a coesão social.
> ‘‘

Se o nosso pensamento não for este, as gerações vindouras viverão de forma degradante, marginalizados e serão, claramente, a consequência do nosso egoísmo, comodismo e bem estar efémero.

Considero que a responsabilidade social é um imperativo de cidadania para as empresas.

É importante lembrar que a razão de ser de qualquer empresa não é apenas o resultado obtido pelo capital humano e financeiro investido, mas também o bem-estar daqueles que, de uma forma direta ou indireta, contribuem para a sua atividade.

A estratégia empresarial requer uma visão de futuro, empreendedora e também ela, global.

Esta luta deve ser assumida a todos os níveis - nacional, regional, local, bem como pela sociedade civil. A mudança, o querer, implica muito trabalho, força de vontade e, principalmente, a cooperação entre as nações.

Todos nós desempenhamos um papel e as nossas ações implicam sempre uma consequência, boa ou má. Ninguém deve ser esquecido. Todos temos um papel fulcral. Há sempre algo a fazer, mesmo que nos pareça uma contribuição insignificante. Trata-se de uma questão de compromisso, participação e coresponsabilização pela vida em sociedade.

A solidariedade é um dever de todos.

COMENDADOR RUI NABEIRO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

• Al Gore, A Nossa Escolha. Um Plano para Resolver a Crise Climática, Lisboa, Esfera do Caos, Colecção Gulbenkian Ambiente, 2009.

• David Wallace, Environmental Policy and Industrial Innovation. Strategies in Europe, the U.S. and Japan, London, The Royal Institute of International Affairs- Earthscan Publications, 1995.

• E. F. Schumacher, Small is Beautiful, London, Blond & Briggs Ltd, 1973 (edição portuguesa: Small is Beautiful. Um Estudo de Economia em que as Pessoas também contam, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980)

• Ernst von Weizäcker, Amory B. Lovins e L. Hunter Lovins, Factor Four. Doubling Wealth, Halving Resource Use, London, Earthsan, 1998.

• European Climate Foundation, Roadmap 2050. A Practical Guide to a Prosperous Low-Carbon Europe, 2010.

• John Stuart Mill, Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy, (1ª ed.: 1848), New York, Reprints of Economic Classics, Augustus M. Kelley, 1965.

• Kenneth E. Boulding, "The economics of the coming spaceship Earth", Environmental Quality in a Growing Economy, H. Jarrett (ed.), Washington, D.C., The John Hopkins Press, 1966, pp.3-14.

• Nicholas Stern, A Blueprint for a Safer Planet. How to Manage Climate Change and Create a New Era of Progress and Prosperity, London, The Rodley Head, 2''9, 246 pp. (edição portuguesa: O Desafio Global, Lisboa, Colecção Gulbenkian Ambiente, Esfera do Caos, 2009).

• Paul Hawken, Amory B. Lovins e L. Hunter Lovins, Natural Capitalism. The Next Industrial Revolution, London, Earthscan, 2004.

• Rob Hopkins, The Transition Handbook. From Oil Dependency to Local Resilience, Totnes, Green Books, 2008.

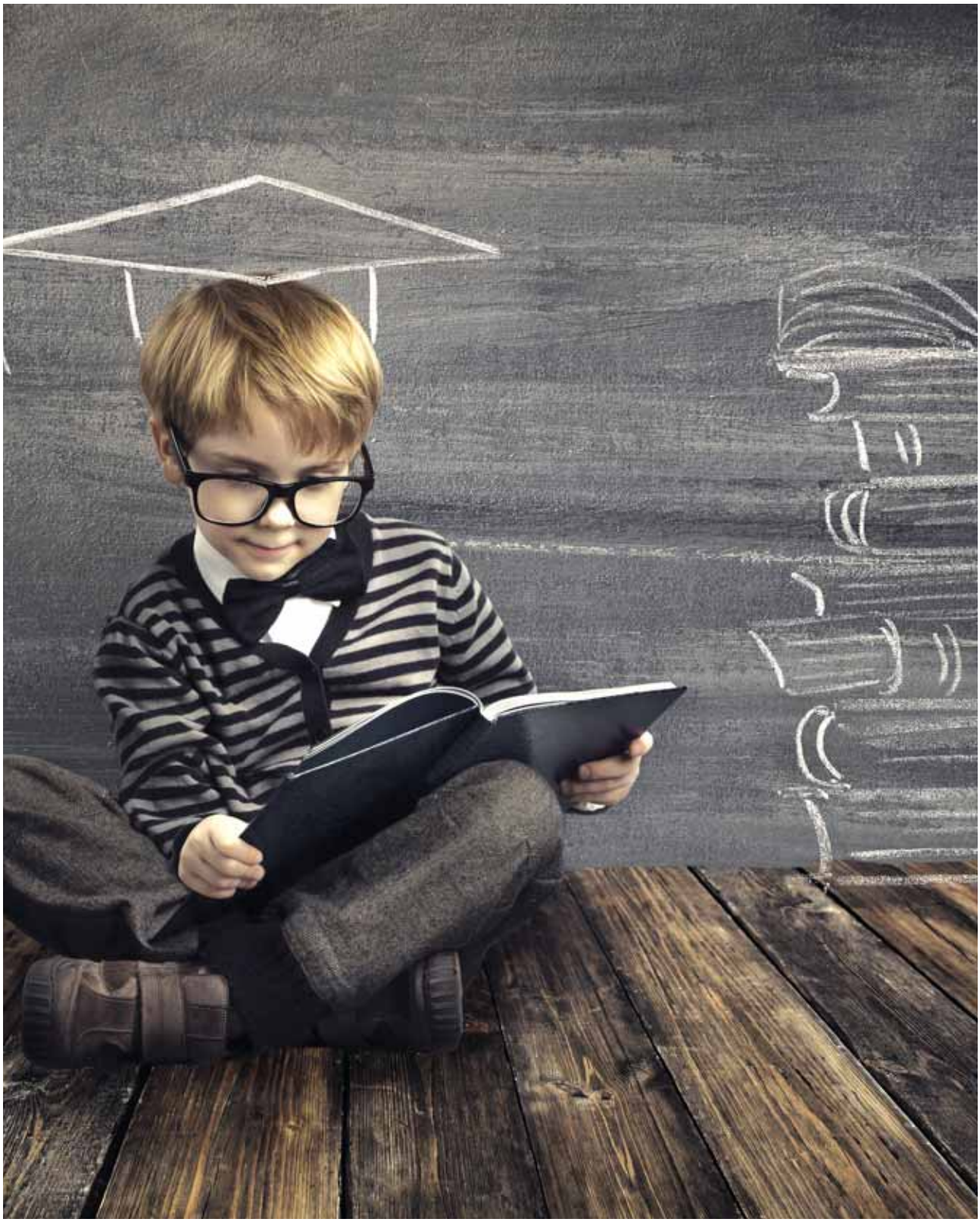
• Robert U. Aires (ed.), Eco-restructuring: Implications for Sustainable Development, Tokyo/New York/Paris, United Nations University Press, 1998, pp. 46-49.

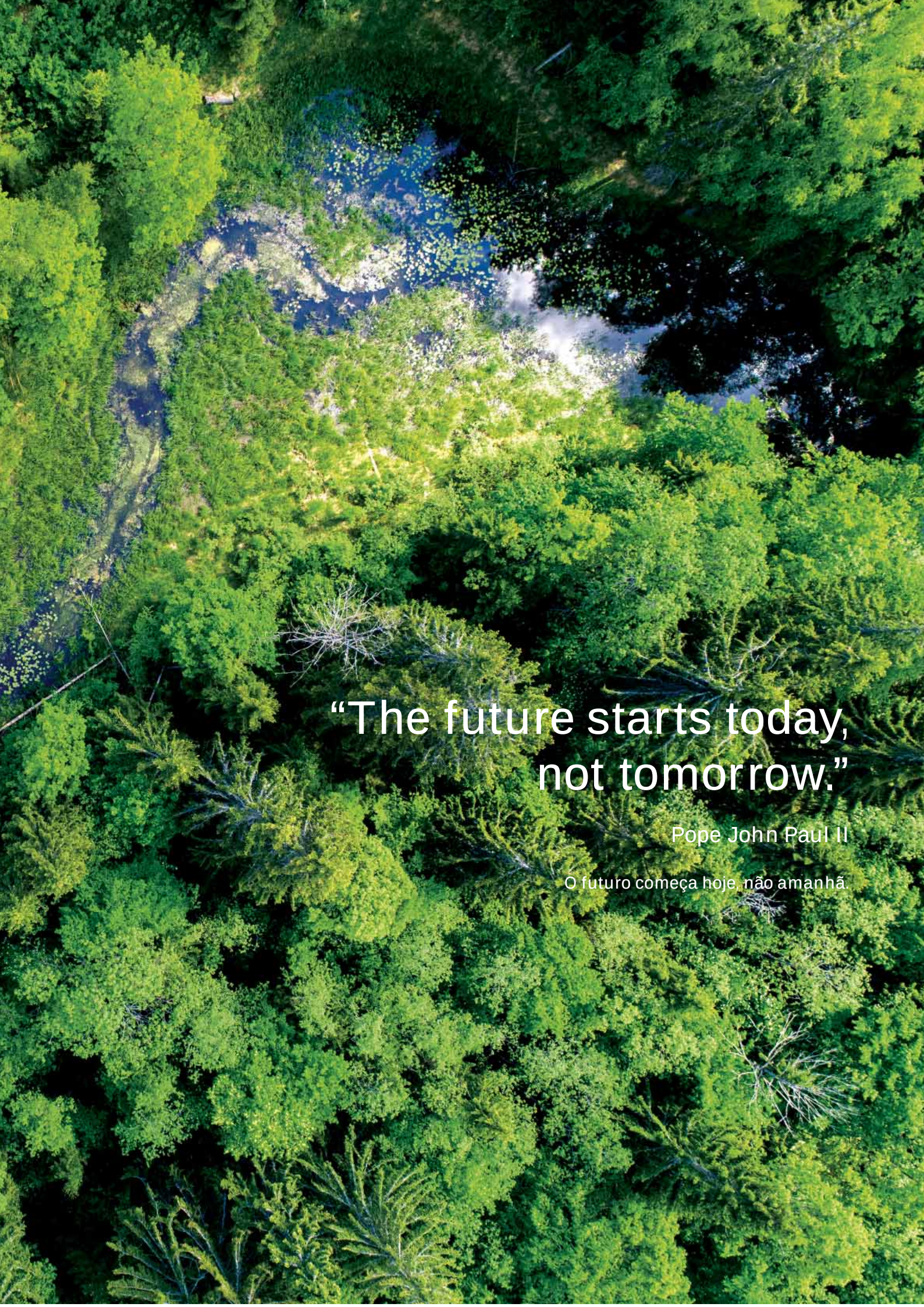
• Serge Latouche, Petit traité de la décroissance sereine, Paris, Mille et Une Nuits, 2007 (edição portuguesa: Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno, Lisboa, Edições 70, 2011).

• Tim Jackson, Prosperity without Growth. Economics for a Finite Planet, London- Sterling, VA, 2009.

• William McDonough e Michael Braungart, Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things, New York, North Point Press, 2002.

• THE WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, Our Common Future, Oxford, Oxford University Press, 2009.





“The future starts today, not tomorrow.”

Pope John Paul II

O futuro começa hoje, não amanhã.

grace.pt

Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 108 2º B 5.1 e 5.3
1070-067 Lisboa - Portugal

21 352 91 18/01 • grace@grace.pt

grace